



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12400 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

CONSCIENTIZAÇÃO FONOLÓGICA E ESCRITA: PECULIARIDADES DA NASALIZAÇÃO

Raidalva da Silva - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Mariana Santos de Jesus - UFBA - Universidade Federal da Bahia

CONSCIENTIZAÇÃO FONOLÓGICA E ESCRITA: peculiaridades da nasalização

INTRODUÇÃO

Este estudo busca compreender como as crianças que já fonetizam a escrita resolvem os desafios de escrever palavras com vogais nasais ou nasalizadas. Para tal pretende-se: ampliar as discussões em torno das conceitualizações sobre a escrita alfabética na abordagem psicogenética construtivista; verificar como as crianças constroem sistemas interpretativos para compreender a fonetização da escrita para o uso da nasalidade; compreender as correlações entre o nível de conscientização da escrita e os recortes em contextos orais; analisar o processo de produção para compreender se o uso de letras pertinentes satisfaz as crianças para marcar a nasalidade; reunir informações sobre as relações de pertinência ou sucessão entre oralidade e escrita na evolução da compreensão do sistema de escrita; e finalmente, contribuir com o debate em torno dos desafios para aprender a ler e a escrever no Brasil, relacionando os dados levantados com estudos anteriores sobre a aquisição da escrita realizados no contexto da língua espanhola.

A pesquisa será ancorada nos princípios positivistas considerando que se caracteriza em investigar sentidos e significados por meio da interação entre um determinado objeto social e a compreensão que o pesquisador elabora a respeito desse objeto levando em conta a intersubjetividade. Nesse sentido, o pesquisador constrói conhecimento enquanto busca respostas para o objeto investigado o que pode alterar o objeto no próprio ato de observação. A observação nesse paradigma configura-se como interessada e moldada pela teoria, portanto, necessariamente seletiva como afirma Crotty (1998).

Fundamenta-se nas contribuições das pesquisas psicolinguísticas sobre a construção da escrita, realizada por Ferreiro e Teberosky (1985) na língua espanhola. Nessa perspectiva, a escrita é concebida como um sistema de representação da linguagem em que “sua aprendizagem se converte na apropriação de um novo objeto de conhecimento, ou seja, em uma aprendizagem conceitual” (FERREIRO, 1991, p. 16).

A coleta e análise de dados ocorrerá por meio da realização de uma situação escrita e entrevistas a serem realizadas com crianças, cabendo ao pesquisador intervir sistematicamente diante do que cada uma vai fazendo ou dizendo para investigar como pensam, percebem e sentem.

A essência do método consiste em começar com hipóteses acerca do problema, que deverão ter necessariamente um caráter muito geral e, a partir destas, colocar perguntas à criança e manter com ela uma conversa aberta, na qual vai se acompanhando o curso de seu pensamento. (DELVAL, 2002, p. 82)

DESENVOLVIMENTO

O estado brasileiro enfrenta, há décadas, o desafio de alfabetizar todas as crianças e fazendo uso dessa justificativa o Ministério da Educação instituiu, pelo Decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) que como o próprio documento diz “surge como um esforço do Ministério da Educação para melhorar os processos de alfabetização no Brasil e os seus resultados” (PNA, 2019, p. 7).

A PNA defende seis componentes essenciais como base fundamental para o ensino: a) consciência fonêmica; b) instrução fônica sistemática; c) fluência em leitura oral; d) desenvolvimento de vocabulário; e) compreensão de textos; e f) produção de escrita.

Fazendo referência aos componentes a, b, c e d que evidenciam o processo de alfabetização como um ato mecânico em que a escrita resume-se um instrumento para unicamente fazer a transposição da língua falada e que converte as unidades sonora em unidades gráficas, coloca-se em primeiro plano a discriminação perceptiva nas modalidades envolvidas. Os programas de preparação para a leitura e a escrita que derivam desta concepção centram-se, assim na exercitação da discriminação, sem jamais se questionarem sobre a natureza das unidades utilizadas. (Ferreiro, 1991, p.14)

Diferentemente dessa concepção adotada pela PNA, na abordagem psicogenética construtivista que teve como ponto de partida a Psicogênese da língua escrita de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985), a escrita é concebida como uma representação da linguagem. E apropriar-se desse objeto requer um grande esforço intelectual visto que os problemas que as crianças enfrentam são problemas conceituais, buscando compreender os processos de construção, suas regras de produção a fim de construir um sistema de representação.

Reconhecer a criança como sujeito social é compreender que a sua participação ativa nas

culturas do escrito (FERREIRO, 2013) proporciona diversas situações de reflexão e problematização sobre o que está escrito ou como se escreve. O processo de alfabetização não se reduz unicamente à capacidade de identificar a estrutura sonora das palavras. É preciso considerar o sujeito que aprende como um sujeito que constrói conhecimento para compreender o funcionamento do sistema alfabético.

A construção de qualquer sistema de representação envolve um processo de diferenciação dos elementos e relações reconhecidas no objeto a ser apresentado e uma seleção daqueles elementos e relações que serão retidos na representação. (Ferreiro, 1991, p. 10)

A discussão sobre alfabetização no Brasil é um campo onde as diversas abordagens disputam espaço. Cada uma delas, presentes nos campos de pesquisas em educação e que muitas vezes também são responsáveis pela elaboração de documentos oficiais que circulam concomitantemente, sobretudo, nas políticas nacionais de educação reforçam as dúvidas e equívocos a respeito da validade da pesquisa realizada por Emília Ferreiro e Ana Teberosky mesmo depois de mais de 30 anos. É importante dizer que a pesquisa e obra das autoras citadas acima representam um grande marco na forma de pesquisar e conceber a alfabetização. Foi a partir da divulgação desses estudos e publicação dessa obra que aqui no Brasil passou-se a vislumbrar a possibilidade de realizar uma pesquisa científica pela perspectiva da criança, buscando uma maior compreensão pelos educadores e pesquisadores de como esse sujeito reflete e conceitualiza a escrita.

Assim, no estudo a ser realizado, o método clínico está bem ajustado com o referencial teórico, visto que a pesquisa qualitativa tem como principal característica seguir a tradição “compreensiva” ou interpretativa (Patton, 1986). Segundo Minayo (2001, p.22), “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” e que precisam ser desvelados para serem conhecidos. O método clínico que tem como procedimento coletar e analisar dados em que se procura acompanhar o curso do pensamento do sujeito ao longo da situação (Delval, 2002).

Ao buscar compreender o que e como as crianças pensam sobre um determinado objeto por meio de seus registros escritos, é necessário utilizar procedimentos para investigar o que não fica evidente no que dizem ou fazem, considerando, principalmente, que no método clínico consiste em entrevistas verbais semiestruturadas cabendo ao pesquisador intervir sistematicamente diante do que o sujeito vai fazendo ou dizendo. São intervenções flexíveis e sensíveis ao que a criança está fazendo ou dizendo que a ajudem a desvendar o sentido de suas ações ou explicações. E ao observar o percurso das crianças em apropriar-se, transformar, deformar, avançar, transformar de novo que podemos adquirir mais conhecimentos sobre o processo de construção do sistema de escrita por elas e ter mais clareza sobre suas dificuldades e particularidades da alfabetização na Língua Portuguesa.

Ao intitularmos a pesquisa como Conscientização fonológica e escrita: peculiaridades da nasalização estamos compreendendo que no Português do Brasil (PB) há singularidades que não foram contempladas na pesquisa de Língua Espanhola e a nasalidade é uma delas. Mesmo sendo um tema bastante discutido em pesquisas na área da linguística que buscam as causas dos desvios de escrita ou descrevem e analisam a nasalidade vocálica considerando as variantes linguísticas existentes na Língua Portuguesa dentro e fora do Brasil, há necessidade ampliá-la em educação. Nesse sentido há um vasto terreno de investigação sobre a conceitualização da nasalidade no processo de alfabetização o que demanda, urgentemente, ampliarmos as pesquisas e discussões acerca de como as crianças enfrentam e resolvem desafios ao registrar a nasalização e a nasalidade em suas escritas.

A língua é o meio pelo qual interagimos socialmente expressando nossas ideias, emoções e muitas vezes nem nos damos conta da sua organização interna (BISOL, 2005). Para compreendermos melhor sobre essa organização temos que recorrer à fonologia que estuda os sons da língua e à fonética que se ocupa da realidade física dos sons da língua. Apesar de apresentar campos de estudos relacionados seus objetivos de estudo são distintos. A fonética visa o estudo dos sons considerando como são articulados ou produzidos pelo aparelho fonador, enquanto que a fonologia dedica-se ao estudo dos sistemas de sons, sua descrição, estrutura e funcionamento analisando a forma das sílabas, morfemas, palavras e frases.

Tendo em vista as modalidades vogais e consoantes do português brasileiro (PB) há particularidades que não são encontradas no espanhol. Em relação às vogais, a realidade da língua falada é bem complexa, principalmente para o sujeito em processo de aquisição da língua escrita ou ainda falantes estrangeiros mesmo que de outras línguas românicas, visto que temos cinco vogais escritas que se transformam em 7 (sete) vogais orais e 5 (cinco) vogais nasalizadas quando as pronunciamos pelas cavidades orais e nasais ao mesmo tempo. E por falar em vogais nasais, a nasalidade e a nasalização configuram-se como outra singularidade da língua portuguesa em relação às demais línguas românticas. Desse modo, a escrita de palavras com sílabas nasais ou nasalizadas podem apresentar-se como uma dificuldade no processo de alfabetização.

No PB há uma distinção entre nasalidade e nasalização. As vogais nasais são aquelas registradas com til (~) e as que são seguidas de consoantes nasais na mesma sílaba. As vogais nasalizadas são aquelas que assimilam a nasalidade da consoante presente no início da sílaba seguinte. Desse modo, segundo Câmara Jr. não há vogal nasal em português, mas vogais nasalizadas, uma vez que a vogal é sempre emitida pela boca em que a corrente de ar ocorre livremente, ao contrário da emissão da corrente de ar na produção de uma consoante onde se caracteriza como um obstáculo.

Segundo BISOL 2007, a nasalização da vogal pode ser fonética ou fonológica. No primeiro (que é sempre oral) a vogal recebe interferência nasal quando entra em contato com uma consoante nasal da sílaba seguinte (ex.: “cama”, “piranha”); já a nasalização fonológica da vogal acontece quando tem contato com um elemento nasal (arquifonema /N/) no declive da

sílaba (ex.: “tempo”, “santo”). São, portanto, fenômenos distintos da língua.

Uma pesquisa em educação que se preocupa em desvelar como ocorrem esses processos na língua pode subsidiar muitos outros estudos além de promover debates importantes de como para os educadores apropriar-se dos conhecimentos a serem revelados pode contribuir ou não nas condições a serem oferecidas às crianças na aquisição da língua escrita.

O estudo que aqui se apresenta inspira-se em outra pesquisa realizadas em 2019 para identificar as particularidades do processo de construção da escrita em crianças falantes da Língua Portuguesa, a partir das referências epistêmicas propostas por Ferreiro. Na análise do corpus de escritas em um dos blocos de palavras do ditado sugerido às apresentava em suas estruturas, pelo menos uma sílaba com marca nasal ou com nasalidade. Crianças com escrita alfabéticas e que, portanto, já utilizam letras pertinentes se desestabilizavam diante do desafio de registrar o que definia a nasalização quando este problema não se restringia ao uso do *ÃO*, tão comum em nossa língua.

Um estudo sobre como as crianças resolvem o problema da nasalização em palavras cujas sílabas nasais são marcadas pelo /N/, /M/, /~/ independente de uma construção ortográfica, pode ajudar a compreender como as crianças elaboram novas construções a partir de um primeiro registro e se cada reconstrução também corresponde a uma reconstrução de seu nível de consciência fonológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ampliar a discussão acerca da alfabetização, da construção de conhecimento sobre a escrita infantil e como se ensina a ler e escrever são conteúdos caros e fundamentais para educadoras e educadores. Para tal, desenvolver pesquisas em educação que possam impactar e promover debates acerca da abordagem psicogenética construtivista que compreende a escrita como um sistema de representação da linguagem em que “nem os elementos nem as relações estão predeterminados” (Ferreiro,1991) é de fundamental importância para ajudar educadoras e educadores a compreender como se fundamenta tal abordagem. Além disso, a realização e publicação de estudos acadêmicos nessa vertente é uma forma de comunicar e democratizar o acesso a esse conhecimento.

Desse modo, a singularidade da pesquisa reside em seu próprio objeto – o estudo sobre os desafios impostos pela representação de vogais nasais e nasalizadas durante o processo de construção da escrita no Português do Brasil -, assim como promover uma atualização em conceitos e conceitualizações sobre o processo de alfabetização importante e necessário nos tempos atuais.

É fundamental desenvolver pesquisas em educação que possam impactar e promover debates acerca das concepções que disputam espaços ou que dialogam com os estudos a partir da abordagem psicogenética construtivista, buscando tornar “reconhecíveis” os conhecimentos infantis sobre a língua escrita, reconhecendo as crianças como sujeitos intelectualmente

ativos. Ademais, a realização e publicação de estudos acadêmicos nessa vertente é uma forma de comunicar e democratizar o acesso a esse conhecimento.

REFERÊNCIAS

BISOL, Leda. (org). Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro, 4^ªed. rev. e ampl. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização. – Brasília: MEC, SEALF, 2019.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. Estrutura da Língua Portuguesa. 21.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1992.

DELVAL, J. Introdução à prática do método clínico: descobrindo o pensamento das crianças. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FERREIRO, E. O ingresso na escrita e nas culturas do escrito – seleção de textos de pesquisa. São Paulo: Cortez, 2013.

_____ Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo;v.17)

FERREIRO, E.;TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.